



Índice

- 01 Vigência da Portaria 303/2012 desrespeita decisão do STF e agride direitos dos povos indígenas
- 02 Manifesto: Comunidade de Ilha de Maré luta contra danos socioambientais causados pela explosão de navio no porto de Aratu
- 03 AC – Em Rio Branco, povos indígenas ocupam o DSEI e pedem saída de chefe do Distrito Sanitário de Saúde Indígena
- 04 MPF/AM pede a responsabilização da União por atuação militar na terra indígena Waimiri Atroari
- 05 Caciques fazem marcha por demarcação; PRF fecha 463
- 06 Fundo Amazônia vai financiar atividade produtiva de índios na região de Humaitá
- 07 Prefeito tenta impedir aumento de reserva indígena de Juína
- 08 Cassol pede assistência a ribeirinhos atingidos por enchentes em Rondônia
- 09 Em protesto, pescadores e quilombolas fecham BA-521, em Candeias
- 10 Falta de acesso a serviços básicos atinge comunidade quilombola
- 11 Governo usará dinheiro da Noruega para substituir pedágios cobrados pelos índios Tenharim, no Amazonas
- 12 Moço, quer dizer então que não valeu nada?



- 13** Salvador e Rio de Janeiro propõem cotas para negros e índios no serviço público
- 14** Curso de formação de professores indígenas promove seminário na Fazenda Experimental da Ufam
- 15** Em fevereiro, quatro crianças indígenas morrem em Santa Rosa do Purus
- 16** Projeto Ribeirinho Cidadão começa nesta sexta-feira
- 17** Comunidade quilombola terá acesso por fora da base
- 18** Fundação Palmares visita comunidade quilombola de Goiana
- 19** Motorista terá que ligar o farol em viagens em Mato Grosso do Sul
- 20** intensa e inexplicada movimentação de balsas e equipamentos p/ mineração no rio Tapauá, AM
- 21** Confira a entrevista de Márcio Santilli ao Valor Econômico sobre demarcação de terras indígenas
- 22** Seduc recebe lideranças indígenas para tratar sobre melhorias na educação
- 23** Sedel vai a Oiapoque discutir com caciques os Jogos Indígenas 2014
- 24** Indígenas fazem 'marcha' por terra
- 25** UFGD recebe Comissão Nacional da Verdade para audiência indígena
- 26** Gilberto Carvalho reconhece: Luta dos índios é contra a pequena agricultura
- 27** A pedido de Katia Abreu Tribunal de Contas da União investigará ONGs indigenistas
- 28** Reno afirma que Funai utiliza índios como "massa de manobra"
- 29** Descaso com saúde pode levar índios para o Cone Sul



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

30 [Um “problema de índio” para a sociedade discutir e resolver](#)



Vigência da Portaria 303/2012 desrespeita decisão do STF e agride direitos dos povos indígenas

SÍTIO CIMI, 20.02.2014

A Portaria 303/12 da Advocacia Geral da União (AGU) está em vigor, de fato e de direito, desde o dia 05 de fevereiro de 2014. Isso ocorre uma vez que a Portaria 415, de 17 de setembro de 2012, havia suspenso os efeitos da mesma até o "dia seguinte ao da publicação do acórdão nos embargos declaratórios a ser proferido na PET 3388-RR que tramita no Supremo Tribunal Federal". O referido acórdão foi publicado no dia 04 de fevereiro.

Como é de conhecimento público, ao julgar os embargos declaratórios da Petição 3388-RR, a mais alta corte do Poder Judiciário brasileiro, o STF, decidiu que as "Condicionantes" valem para o caso julgado e não têm efeito vinculante às demais terras indígenas. O Poder Executivo, por meio da AGU, ao dar vigência à Portaria 303/2012, estabelece esta vinculação das ditas "Condicionantes" a todas as terras indígenas do Brasil.

Em vez de revogar a Portaria 303/2012, o AGU publicou, no último dia 07 de fevereiro, a Portaria número 27/2014, por meio da qual determina "à Consultoria-Geral da União e à Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT) a análise da 'adequação' do conteúdo da Portaria AGU nº 303", aos termos do acórdão proferido pelo STF no julgamento dos embargos de declaração opostos na Petição nº 3388. Qual o sentido de "adequar" a Portaria 303/2012 ao conteúdo da decisão do STF?

A vigência da Portaria 303/2012 é incompreensível e injustificável. Trata-se de uma decisão política do Poder Executivo Federal que desrespeita e atenta contra decisão do STF, determinando práticas na atuação dos Advogados da União, inclusive em processos judiciais que envolvem disputas fundiárias relativas ao direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais.

A Portaria 303/2012 é altamente prejudicial aos povos indígenas. Em respeito à decisão do STF e aos direitos destes povos, é fundamental que a mesma seja imediata e definitivamente revogada pelo governo federal.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2014.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Manifesto: Comunidade de Ilha de Maré luta contra danos socioambientais causados pela explosão de navio no porto de Aratu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2014



A população das comunidades pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré, juntamente com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP-BA), manifestam indignação e repúdio aos danos socioambientais causados pela explosão do navio estrangeiro Golden Miller, ocorrido no dia 17 de dezembro do ano passado. A explosão do navio, carregado de gases tóxicos, agravou ainda mais os danos socioambientais nas localidades, trazendo prejuízos econômicos relevantes para a população local, pois a pesca artesanal é a principal atividade econômica das comunidades da ilha.

Até o momento não foi realizado nenhum tipo de aprimoramento dos planos de segurança e contingência para proteger a população local nos casos de acidentes, no sentido de prever situações emergenciais de fuga e disponibilizando equipamentos de segurança individual para os moradores.

A população das comunidades de Ilha de Maré denunciam de forma veemente o descaso das autoridades competentes, no que diz respeito aos prejuízos sofridos pelas pessoas do local, além de alertar os poderes públicos a respeito dos riscos provocados pelo descarte de efluentes jogados no mar e da falta de controle da poluição atmosférica que não leva em consideração a população das comunidades circunvizinhas ao Porto de Aratu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

O MPP-BA vem a público denunciar a contaminação da população local por metais pesados e os danos à saúde causados pela poluição atmosférica. Toda essa poluição vem causando o aumento do número de pessoas com asma e infecções respiratórias, principalmente em crianças, elevando a incidência de câncer, e morte de pessoas jovens das comunidades envolvidas.

Dentre as reivindicações do MPP-BA e da Comissão das Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Ilha de Maré, estão:

Reparação dos danos socioambientais causados pela explosão do navio Golden Miller aprimorando os planos de segurança e contingência para proteger a população de Ilha de Maré nos casos de acidentes, prevendo situações emergenciais de fuga e disponibilizando equipamentos de segurança individual para os moradores;

Revisão das licenças ambientais das empresas ligadas ao Porto de Aratu;

Avaliação de impactos cumulativos sobre o meio ambiente no entorno do Porto de Aratu para definir a capacidade de suporte, diante das evidências que a atividade industrial está prejudicando a pesca e a saúde da população;

Suspender a ampliação de empreendimentos e emissão de novas licenças nas proximidades do Porto de Aratu;

Realização de audiência pública para dar publicidade ao licenciamento do Porto de Aratu, e aos produtos químicos manipulados e aos métodos obsoletos de operações portuárias;

Diminuição do fluxo de poluentes que transitam no Porto de Aratu;

Avaliação da contaminação química sobre a saúde da população de Ilha de Maré;

Qualificação do serviço de saúde na Ilha de Maré.

Salvador, 20 de Fevereiro de 2014.

AC – Em Rio Branco, povos indígenas ocupam o DSEI e pedem saída de chefe do Distrito Sanitário de Saúde Indígena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2014



Foto de Ninawa Huni Kui

Por Ana Patrícia Chaves Ferreira*

A ocupação ocorreu na manhã de quinta-feira (20) e tem como objetivo a imediata saída do Coordenador do Distrito Sanitário de Saúde Indígena, o Sr. Raimundo Costa que há quatro anos coordena o DSEI. Um dos líderes da manifestação e presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Sabá Manchineri, afirmou que ao tentarem dialogar com a gestão, todos fugiram do prédio.

“ Os povos indígenas têm pago com suas próprias vidas, pois casos de mortes são corriqueiros em decorrência da má administração do DSEI, que diante de todos os descasos ocorridos não fazem nada ”, relata um dos líderes da manifestação, Ninawa Huni Kui.

As condições dos pólos de saúde nos municípios são precárias, e o atendimento aos pacientes indígenas chega a ser revoltante. Falta de tudo: medicamentos, barcos, equipes que visitem as comunidades indígenas com frequência, ou seja, o descaso chega a ser desumano. O pior de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

tudo é o índice alarmante de crianças que vem a óbito, em decorrência dessa má administração, que é apoiada e mantida pelo governo.

Povos como Apurina, Jaminawa, Huni Kui, Manchineri, Kaxarari, Madiha, Jamamadi e Ynawanawa estão presentes nessa manifestação e afirmam que só sairão depois que o Sr. Raimundo Costa não estiver mais ocupado o cargo de coordenador do DSEI.

*COMIN – Assessoria Acre Sul do Amazonas



MPF/AM pede a responsabilização da União por atuação militar na terra indígena Waimiri Atroari

SÍTIO PR/AM, 20.02.2014

Em ação civil pública, o MPF aponta a ocorrência de dano moral coletivo ao povo Waimiri Atroari durante atos promovidos por militares da Marinha na Operação Ágata 4, em 2012

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública na Justiça Federal para responsabilizar a União e condená-la a reparação por danos morais coletivos causados ao povo indígena Waimiri Atroari, pela prática de atos abusivos em desrespeito aos seus modos de vida por militares do 9º Distrito Naval da Marinha, durante a Operação Ágata 4.

Na ação, o MPF explica que, no dia 6 de maio de 2012, militares se aproximaram da terra indígena Waimiri Atroari, na região do Posto Mahoa, no Rio Jauaperi, com forte armamento e adotaram postura ofensiva ao indígenas que estavam no local, sem qualquer respeito às peculiaridades socioculturais ou preocupação em estabelecer um relacionamento que respeitasse os seus modos de vida. A abordagem dos militares incluiu questionamentos sobre a colocação de boias e restrições à navegação no rio Jauaperi, situação que está sob análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

Relatos por parte dos indígenas e do Comando do 9º Distrito Naval mostram interpretações diferentes sobre os mesmos fatos. Porém, com base na própria versão da Marinha, concluiu-se que houve abuso de sua posição e a inexistência de qualquer preparação diferenciada para lidar com os indígenas, tendo ocorrido violação de preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

Para o MPF/AM, o fato de sermos todos brasileiros, como alega a Marinha, não afasta o dever de observar o que manda a Constituição, devendo ser respeitadas as diversas manifestações culturais por todos os agentes públicos, inclusive por aqueles que atuam na defesa da segurança nacional. "Isso porque não existe hierarquia entre direitos fundamentais, de modo que a invocação vazia da soberania ou de um conceito abstrato de interesse público jamais predominará, a priori, sobre direitos fundamentais, ainda mais quando estes possuem relação direta com o princípio da dignidade da pessoa humana", afirma o procurador da República Julio José Araujo Junior, na ação.

Ao final, o MPF/AM pede à Justiça que a União seja condenada a reparar os danos causados ao povo indígena Waimiri Atroari com a elaboração de programa de treinamento de militares e produção de cartilhas destinadas aos servidores das Força Armadas que esclareçam sobre as peculiaridades das etnias indígenas, em especial dos Waimiri Atroari, e formas de abordagem adequadas. As ações devem contar com a participação de antropólogos indicados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

O pedido inclui ainda a proibição de novas incursões na ocupação tradicional dos Waimiri Atroari, independentemente da área demarcada, sem a adoção de medidas diferenciadas quanto às peculiaridades socioculturais daquele povo, o apoio de profissional da antropologia ou prévio treinamento da equipe.

A ação tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº 2601-26.2014.4.01.3200.

O povo Waimiri Atroari - Os Waimiri Atroari são um povo que se autodenomina "kinja" ('gente') e que fala a língua Karib, ocupando a região que se situa na fronteira entre os estados do Amazonas e Roraima.

Há registros de conflitos envolvendo a etnia, militares e seringueiros da região desde a segunda metade do século XIX, que resultaram na destruição de aldeias e mortes de indígenas, em razão da 'política de pacificação' adotada e do grande interesse econômico nas riquezas naturais da terra que habitam.

Outro episódio que marcou a história dos Waimiri Atroari foi a construção da BR-174 (rodovia Manaus-Caracará/RR), iniciada em 1967 e inaugurada em 1977. O assunto foi tratado no 1º Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas e vem sendo acompanhado pelo MPF por meio de inquérito civil público em andamento.

O povo foi ainda vítima da grande inundação em seu território decorrente da construção da usina hidrelétrica de Balbina, a qual alagou imensa área na floresta amazônica e afetou pelo menos um terço da população Waimiri. Em meados da década de 1980, este povo havia chegado a pouco mais de 300 indígenas. Atualmente, a etnia conta com mais de 1600 indígenas.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4661 ou (92) 2129-4743
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/mpf_am

Caciques fazem marcha por demarcação; PRF fecha 463

SÍTIO DOURADOS AGORA, 20.02.2014



A orientação, para quem vem de fora, é buscar vias alternativas para chegar a Dourados. Condutores que chegam da capital, Campo Grande, devem desviar pela rodovia MS-156, que corta a Aldeia Jaguapiru, onde até o momento não há qualquer movimentação fora do normal. Os que chegam de Ponta Porã, que faz fronteira seca com o Paraguai, devem trafegar pelo anel rodoviário, que passa ao lado do Aldeia Bororó

Lideranças indígenas de vários acampamentos e aldeias da Grande Dourados reunidos no Trevo da Bandeira iniciam a Marcha por Demarcação de terras em Mato Grosso do Sul. A passeata deve seguir pela rodovia BR-463 (Dourados) até o trevo de Laguna Carapã.

Segundo o cacique Bonifácio Reginaldo Duarte, que se diz líder de uma nova aldeia conhecida como Bacuriti, na região de Dourados, o objetivo da Marcha é pressionar o governo federal para apressar o processo de regulamentação das áreas consideradas tradicionais indígenas que foram repassadas pela própria União a produtores que vieram de fora para cá, há décadas.

O cacique disse ao Douradosagora, que acompanha a movimentação no local, que o grupo não tem intenção de trancar a rodovia. No entanto, por questão de segurança dos indígenas que chegam de toda parte e moradores naquela vizinhança, a Polícia Rodoviária Federal (PRF/MS) vai fechar a estrada durante o manifesto.

A orientação, para quem vem de fora, é buscar vias alternativas para chegar a Dourados. Condutores que chegam da capital, Campo Grande, devem desviar pela rodovia MS-156, que corta a Aldeia Jaguapiru, onde até o momento não há qualquer movimentação fora do normal. Os que chegam de Ponta Porã, que faz fronteira seca com o Paraguai, devem trafegar pelo anel rodoviário, que passa ao lado do Aldeia Bororó.



Fundo Amazônia vai financiar atividade produtiva de índios na região de Humaitá
SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 20.02.2014

O Fundo Amazônia vai destinar R\$ 24,4 milhões para a execução de projetos de gestão ambiental sustentável de terras indígenas do Amazonas, de Mato Grosso e do Pará. O primeiro projeto com financiamento de R\$ 16,4 milhões beneficiará 35 mil índios em 28 terras indígenas do sul do Amazonas, inclusive em áreas de conflito nas regiões de Humaitá, Boca do Acre e Vale do Javari.

O secretário executivo da Secretaria-Geral da Presidência, Diogo Santana, comemorou a liberação de recursos para as terras indígenas da região de Humaitá, que vive uma grave crise desde dezembro de 2013, quando três homens desapareceram na BR-230 (a Transamazônica), no trecho que corta a reserva Tenharim Marmelo. Os corpos foram encontrados na reserva no início de fevereiro e cinco índios foram presos durante a investigação. "Essa assinatura de hoje concretiza um compromisso que foi feito lá [Humaitá] no acompanhamento dessa crise. O governo fez um compromisso com a comunidade de que esse recurso sairia", disse.

Os recursos não reembolsáveis serão liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), administrador do Fundo Amazônia, para projetos de manejo sustentável de produtos florestais, de agricultura familiar, atividades de pesca manejada, entre outros.

Para o secretário para os Povos Indígenas do Amazonas, Bonifácio José Baniwa, esse projeto representa mais um passo no reconhecimento do direito dos indígenas. "Demarcação de terras é uma primeira etapa, mas não é suficiente. Depois, é preciso vir a gestão territorial e os projetos de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e renda que vai dar continuidade e sustentabilidade ao povo indígena", disse.

O segundo projeto, Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, desenvolvido pelo Instituto Socioambiental, terá financiamento de R\$ 8 milhões. As ações vão atender atividades extrativistas e de agricultura familiar na Bacia do Xingu, em 11 municípios de Mato Grosso e dois do Pará, abrangendo atividades produtivas com sementes, mudas florestais, borracha, castanha e pequi.

"É possível proteger o meio ambiente e gerar desenvolvimento com inclusão social e com dignidade para os povos indígenas, que precisam ser respeitados na gestão de suas áreas já demarcadas," disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Segundo o diretor da área de Meio Ambiente do BNDES, Guilherme Lacerda, o Fundo Amazônia já tem 53 projetos aprovados com um montante que supera R\$ 800 milhões destinados a ações de monitoramento, fiscalização e fortalecimento de atividades produtivas para os povos da floresta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

A ministra também anunciou hoje a adesão do Amazonas ao Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Segundo ela, o governo federal liberou R\$ 20 milhões para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado. "Com o CAR, vai se mapear a situação das propriedades rurais e dos assentamentos e identificar a necessidade ou não de regularização ambiental, inclusive com a restauração de florestas", disse.



Prefeito tenta impedir aumento de reserva indígena de Juína

SÍTIO CIRCUITO MT, 21.02.2014

Por Sandra Carvalho e Douglas Corrêa

Há pelo menos oito anos a Fundação Nacional do Índio (Funai) vem estudando a ampliação de reservas indígenas na região Noroeste de Mato Grosso. A área em estudo envolve os municípios de Sapezal, Brasnorte e Juína que já têm mais de 60% de seus territórios como reservas. As conversações estão preocupando as autoridades políticas e a população destas cidades, o que tem levado os prefeitos a, juntos, buscarem uma solução para acabar com a aflição de pelo menos 100 mil moradores da região em questão.

Hermes Bergamin, prefeito de Juína, conta que por várias vezes já esteve na sede da Funai, em Brasília, procurando soluções. "Estou viajando há praticamente trinta dias pra tratar desse assunto e já sentei várias vezes com o governador Silval Barbosa pra tratarmos da ampliação das reservas indígenas dos Enawenê-Nawê", relata o prefeito que foi o primeiro a procurar a Funai e o Governo do Estado para debater o assunto.

Bergamin conta que nessas idas e vindas a Brasília percebeu que alguns deputados e advogados são impedidos de participar de reuniões sem um motivo justificável e que isto estaria impedindo um debate mais democrático em torno da demarcação.

"Eu, como prefeito de Juína, mostrei à Funai a realidade dos índios da nossa região, que os índios estão passando necessidades, que não têm saúde, não têm estradas de acesso, não têm escolas. Eles estão passando por uma situação degradante e a Funai, ao invés de só pensar em aumentar as áreas indígenas, deveria começar a cuidar melhor dos índios aqui da nossa região", observa o gestor.

O prefeito Hermes Bergamin lidera movimento contra a ampliação de reserva indígena na região de Juína - Foto: Douglas Corrêa. Ele lembra que Juína hoje tem 62% de áreas indígenas, diz incisivo: "Nós não precisamos de mais reservas dentro do nosso município e sim de atenção para com os índios".

Ainda de acordo com Bergamin, caso a ampliação da reserva aconteça, os Enawenê-Nawê passarão a ter quase 1 milhão de hectares de terras, sem contar que, segundo ele, a etnia Cinta-Larga é detentora de uma área que se aproxima de 2 milhões de hectares. "Isso vai, sem dúvida, acabar com a agricultura, com a pecuária, com a madeira e por consequência vai aumentar o desemprego na cidade", alerta.

A Funai deve passar aos prefeitos de Sapezal, Brasnorte e Juína, nos próximos dias, um mapa das áreas de interesse para ampliação de reservas nos três municípios. Porém, o governador Silval Barbosa e o prefeito Hermes Bergamin já se manifestaram contrários à criação de áreas indígenas no município de Juína.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

“O que eu propus foi firmar uma parceria entre a Prefeitura de Juína, o Governo do Estado e o Governo Federal para juntos darmos uma melhor condição de vidas aos indígenas, pois já estamos cansados de vê-los esquecidos pela Funai, indo pra ponte cobrar pedágio porque eles estão à míngua”, desabafou.



Cassol pede assistência a ribeirinhos atingidos por enchentes em Rondônia

SÍTIO CENÁRIO MT, 20.02.2014

O senador Ivo Cassol (PP-RO) chamou a atenção para a importância da ajuda do governo para as famílias ribeirinhas que já forem ou podem ser afetadas pela enchente do Rio Madeira que está atingindo o estado de Rondônia. Cassol explicou que as famílias que moram em locais de risco devem se mudar a fim de evitar uma tragédia maior.

Cassol disse que o governo federal já está promovendo ações de distribuição de cestas básicas e medicamentos, mas pediu aos prefeitos dos municípios atingidos para que agilizem as ações junto ao governo federal para que essas famílias tenham acesso a recursos financeiros para custear pequenas despesas.

O senador negou que a responsabilidade das enchentes, que assolam Porto Velho, Guajará-Mirim e outros distritos de Rondônia, seja das usinas de Santo Antônio e Jirau. Para ele, as enchentes estão ocorrendo devido às chuvas. Ele criticou os boatos, que só servem para gerar conflitos na população.

Novos municípios

O senador Ivo Cassol se manifestou favorável ao projeto que trata da criação de municípios (PLS 98/2002 - Complementar) e pediu o apoio dos parlamentares para derrubarem o veto da presidente da República à proposta. Cassol explicou que os municípios estão impossibilitados de continuar crescendo e que o projeto é uma novidade que vem sendo buscada por várias regiões há mais de dez anos.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

Em protesto, pescadores e quilombolas fecham BA-521, em Candeias

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 20.02.2014

Eles estão bloqueando a entrada e saída de veículos na rotatória que dá acesso ao Porto de Aratu, reivindicando liberação da pesca na Ilha de Maré

Da Redação (

Uma manifestação dificulta o tráfego de veículos na BA-521, em Candeias, na manhã desta quinta-feira (20). De acordo com informações da Central de Polícia, o protesto reúne cerca de 130 pessoas da Associação dos Pescadores de Ilha de Maré desde às 6h30, nas proximidades do Porto de Aratu. Eles estão bloqueando a entrada e saída de veículos na rotatória que dá acesso ao Porto de Aratu, reivindicando reparação social e ambiental da Ilha de Maré.

A Polícia Rodoviária Estadual (PRE) confirma a manifestação, mas diz que cerca de 300 pessoas participam do ato, queimando objetos na via. O protesto, segundo a PRE, conta com a presença de pescadores e quilombolas da região, pedindo a liberação da pesca na Ilha de Maré após o derramamento de um óleo no Porto de Aratu.

A dimensão do congestionamento causado pela manifestação ainda não foi identificada pela polícia, que está no local negociando a liberação da via.



Falta de acesso a serviços básicos atinge comunidade quilombola

SÍTIO CAPITAL NEWS, 20.02.2014

Empresas e órgãos públicos de Corumbá foram oficiados pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF-MS) para garantir o direito de cerca 100 moradores da comunidade quilombola Família Campos Correia de ter acesso a serviços assistenciais básicos. Segundo o MPF, os moradores convivem com ausência de água, luz e não têm coleta de lixo.

A situação foi denunciada ao MPF pelo Instituto Mulher Negra do Pantanal (Imnegra), que afirmou já ter procurado várias secretarias municipais para prestar auxílio aos quilombolas, sem nenhuma resposta.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal visitou a comunidade e conversou com os moradores. Eles relataram que a falta de demarcação da terra tem inibido a prestação de serviços básicos e que a construção de um imóvel no local dificultou ainda mais o acesso à comunidade.

"A falta de regularização fundiária não deve impedir que a prestação de serviços básicos - como infraestrutura, saúde e segurança - seja desde já adotada. Ao contrário, prestar esse atendimento é uma forma de garantir direitos sociais mínimos a uma comunidade vulnerável", destaca o MPF.



Governo usará dinheiro da Noruega para substituir pedágios cobrados pelos índios Tenharim, no Amazonas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 20.02.2014

Governo destinará R\$ 24,4 milhões para que os índios do Amazonas deixem de cobrar pedágio ilegal. Os recursos não reembolsáveis virão do Fundo Amazônia cujo capital vem basicamente de doações da Noruega. O primeiro contrato no valor de R\$ 16,4 milhões beneficiará foi assinado hoje pela Ministra Izabella Teixeira e o Governo do Amazonas. O secretário executivo da Secretaria-Geral da Presidência, Diogo Santana, afirmou que o projeto visa convencer os Tenharim a abandonar o pedágio ilegal. "Essa assinatura concretiza um compromisso que foi feito lá [em Humaitá] no acompanhamento dessa crise. O governo fez um compromisso com a comunidade de que esse recurso sairia", disse. Santana é subordinado direto de Gilberto Carvalho.

No mês passado o Governo criou uma força tarefa para construir uma forma "legal" de transferir dinheiro aos índios tenharim que se recusavam a parar com a cobrança ilegal de pedágio. A cobrança de pedágio criou o barril de pólvora que explodiu depois de um post publicado no blog da Funai de Humaitá incitando os índios à violência. Três homens sem etnia foram barbaramente assassinados pelos índios e a população se revoltou destruindo e ateando fogo aos prédios e veículos da Funai.

Os recursos não reembolsáveis serão liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), administrador do Fundo Amazônia.

Para o secretário para os Povos Indígenas do Amazonas, Bonifácio José Baniwa, esse projeto representa o reconhecimento do direito dos indígenas. "Demarcação de terras é uma primeira etapa, mas não é suficiente. Depois, é preciso vir a gestão territorial e os projetos de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e renda que vai dar continuidade e sustentabilidade ao povo indígena", disse.

Eis o recado: Cobre pedágio, sequestre e mate cidadão sem etnia e ganha 24 milhões do Fundo Amazônia. São os indigenistas do Governo aninhados no gabinete do Gilberto Carvalho plantando a violência no campo.



Moço, quer dizer então que não valeu nada?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 20.02.2014

Eduardo Corrêa Riedel é presidente da Famasul, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, um dos estados mais afetados pela fabricação de terras indígenas da Funai. É também vice-presidente diretor da CNA e como tal concedeu uma longa entrevista à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) sobre a #QuestãoIndígena no Brasil. Riedel afirma que "cada produtor tem o direito de defender a sua propriedade" e que os "produtores devem estar juntos no sentido de buscar a melhor solução".

De acordo com Riedel, a CNA tem trabalhado muito no âmbito político e jurídico em busca de soluções para os conflitos indígenas. Segundo ele, ao longo de todo esse processo, a Confederação manteve um diálogo estreito com o STF, com a AGU e com o Congresso Nacional. Ainda de acordo com dirigente, toda essa discussão da PEC 215 é reflexo de um trabalho muito forte da CNA.

Na entrevista, perguntado pelo jornalista sobre as injustiças praticadas no campo em razão da proteção dos índios, Riedel deu a seguinte resposta:

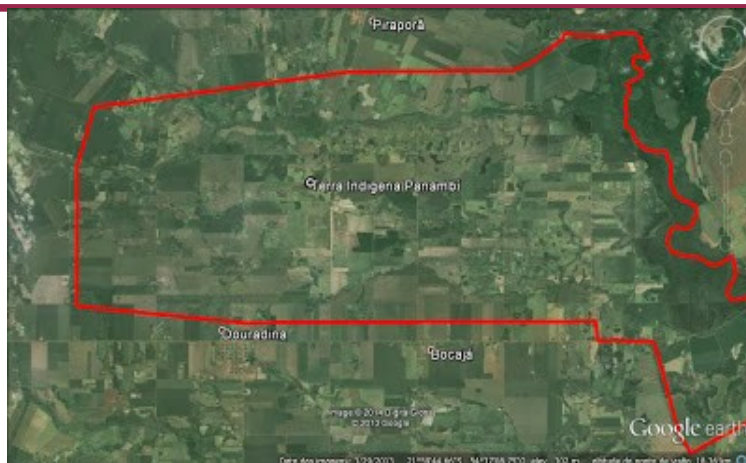
"Nós andamos nos conflitos e vemos tanto absurdo. Um exemplo que me marcou muito foi de uma senhora de um assentamento de Douradina, aqui no Mato Grosso do Sul. Ela está na propriedade desde 1954, quando Getúlio Vargas fundou o assentamento rural. Ali tem 9 mil hectares, 300 produtores de 30 hectares. A FUNAI demarcou todo esse assentamento. E eu fui lá, entrei na casa dessa senhora de 80 e poucos anos, que foi uma colonizadora da região a pedido do governo. Os filhos da mulher, com 50, 60 anos também são agricultores, trabalham no sítio até hoje e estavam lá. Ela me olhava com um papelzinho nas mãos e falava assim: "Moço, quer dizer então que não valeu nada?" O que eu poderia falar para essa senhora nesse momento? Ela foi chamada para colonizar uma gleba que Getúlio Vargas instituiu pelo Governo Federal, ela tem o título da propriedade dela e hoje ela está sendo expulsa da área dela sem indenização. Você quase desacredita do país numa hora dessas, mas respira e busca forças para poder trabalhar em cima de corrigir essas situações."

É basicamente esse o sentimento que move a equipe do Questão Indígena.

Leia a íntegra da entrevista na página da Famasul: Processo de demarcação de terras equivocado cria mais problemas sociais do que resolve

Veja a situação da área demarcada pela Funai sobre o assentamento Getúlio Vargas:

CONT.



Essa área e o conflito entorno dela já foi alvo de matéria da TV Bandeirantes:
http://www.youtube.com/watch?v=Poa9w1veAgo&feature=player_embedded



Salvador e Rio de Janeiro propõem cotas para negros e índios no serviço público
SÍTIO SEPPIR, 20.02.2014

Considerada um avanço em termos de políticas públicas afirmativas, a reserva de cotas raciais em concursos públicos já tem a adesão de quatro Estados - Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - e 43 municípios no país

Salvador e Rio de Janeiro propõem cotas para negros e índios no serviço público

As prefeituras de Salvador e do Rio de Janeiro divulgaram nesta semana legislações que propõem a reserva de cotas raciais para o ingresso nos serviços públicos daquelas capitais. O município baiano, que possui o maior número de afrodescendentes do país, regulamentará legislação que reserva 30% de vagas para candidatos negros, e a prefeitura carioca apresentou o projeto de lei municipal que reserva 20% de vagas para negros e índios.

Considerada um avanço em termos de políticas públicas afirmativas, a reserva de cotas raciais em concursos públicos já tem a adesão de quatro Estados - Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - e 43 municípios no país.

Os soteropolitanos reservarão vagas não somente para servidores de carreira pública, mas também para funcionários terceirizados e cargos comissionados. "Não poderíamos fazer diferente, já que 79% da população é afrodescendente. Uma das provas de que existe racismo institucional é a ausência no mesmo percentual da população na administração e nos serviços públicos", explica a secretária Municipal da Reparação, Ivete Sacramento.

A gestora informa que no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21/03) serão publicados no Diário Oficial do Município as minutas de regulamentação da Lei 54/2011 e destinação de vagas para os outros tipos de quadros funcionais, assinados na terça (18) pelo prefeito ACM Neto. "Nós aperfeiçoamos e ampliamos a Lei, que aguardava a regulamentação há anos", explica. Aprovada pela Câmara Legislativa da capital baiana, a Lei 54/2011 determina a reserva de até 30% das vagas destinadas a concursos públicos para a população negra.

Ainda de acordo com a SEMUR, as vagas para cargos terceirizados e comissionados serão preenchidas a medida em que surgirem e novos órgãos forem criados. A titular do órgão explica ainda que a reserva de vagas deverá constar nos editais dos concursos públicos e que o acompanhamento dos resultados ficará sob a co-responsabilidade de sua pasta e da Secretaria de Gestão do município.

Urgência

Já a Prefeitura do Rio de Janeiro encaminhou em regime de urgência constitucional à Câmara Legislativa Municipal o Projeto de Lei (PL) 666, que reserva 20% das vagas em concursos públicos da administração direta e indireta do município para negros e índios. A proposta tem o mesmo teor da Lei Municipal 5.401, de autoria do vereador João Mendes de Jesus (PRB),

CONT.



sancionada em 2012, e que foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio, por considerar que a autoria do projeto deveria ser do executivo e não do poder legislativo.

A coordenadora de Igualdade Étnica e Racial, Lelete Couto, tem expectativas que o PL seja aprovado em breve. "Esperamos mudar o quadro do que acontece hoje e que incomoda bastante. Não vemos a presença do negro e do índio no Governo. Existe uma desproporcionalidade em relação à participação destes segmentos nos órgãos públicos do município", explicou.

Regras

Em ambos os municípios, os candidatos devem atingir a nota mínima estabelecida para todos os candidatos e atender integralmente a todos os itens e condições especificados no edital para acessarem as vagas reservadas. O PL carioca também propõe o tempo de vigor do sistema de cotas para 10 anos.

Salvador é a cidade brasileira considerada o centro da cultura afro-brasileira, tendo 79,4% de sua população auto-declarada negra ou parda (Censo do IBGE 2010). A mesma pesquisa aponta 47,9% para a mesma população no Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o instituto de pesquisa, a população de indígenas é de 15.894 pessoas naquela capital.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

Curso de formação de professores indígenas promove seminário na Fazenda Experimental da Ufam
SÍTIO UFAM, 20.02.2014

A Coordenação do curso de licenciatura, Formação de Professores Indígenas, da Faculdade de Educação (Faced/Ufam) realiza nesta quinta e sexta-feira, 20 e 21, o "Seminário de Avaliação Parcial do Curso - turma Munduruku", que ocorre, no Centro de Formação de Professores Indígenas da Ufam, localizado na Fazenda Experimental, na BR 174, quilômetro 38, em Manaus.

O objetivo do encontro é analisar os resultados das avaliações feitas pelos alunos e demais participantes, com suas sugestões, devendo resultar em ações efetivas de melhoria do desempenho de cada um dos estudantes do curso e deste como um todo.



Em fevereiro, quatro crianças indígenas morrem em Santa Rosa do Purus

SÍTIO CONTIL NET, 20.02.2014

Denúncia partiu do cacique Antônio Kulina, de Santa Rosa.

O portal Agência ContilNet noticiou um manifesto realizado em frente à Casa de Saúde Indígena (Casai) na manhã desta quinta-feira (20). Segundo a publicação, diversas tribos indígenas se concentraram em frente ao órgão, em um ato de protesto.

Tribos de três estados - Boca do Acre (AM), Extrema (RO), e Sena Madureira, Santa Rosa, Manoel Urbano e Assis Brasil (AC) - se reuniram para exigir que mudanças na gestão sejam realizadas.

Só que a manifestação ultrapassa os limites abordados pelos principais sites de notícias do Acre: a restituição do diretor do órgão, Raimundo Costa.

O cacique Antônio Kulina, em entrevista à Agência ContilNet, relata que somente neste mês quatro crianças morreram em sua aldeia por falta de remédio. As crianças foram vítimas de uma virose e não resistiram.

"Nunca mandaram remédio para Santa Rosa. Já morreram quatro crianças porque não tem remédio. Nem na aldeia nem em postos de saúde; nem a prefeitura e nem ninguém ajuda", relata o cacique.

Sobre as providências em relação a essas mortes de crianças, provocadas por uma virose sobre a qual não há maiores informações, um índio dispara: "A Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) é desse jeito".

O descaso para com os índios já foi abordado pelo jornalismo da ContilNet. Em reportagem, a jornalista Silvana Pinheiro denunciou a situação dos índios, bem como o descaso que estes sofrem.

De acordo com a jornalista, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, pelo menos 22 crianças indígenas morreram no Acre, vítimas de um surto de rotavírus que atingiu várias aldeias em Santa Rosa do Purus.

A reportagem também tratou do avanço de doenças como desnutrição, hepatite B, malária, rotavírus, câncer, leishmaniose e tuberculose, "que ameaçam dizimar uma população que já amarga com a carência de medicamentos, hospitais e um tratamento humano adequado para suas condições sociais", conforme a publicação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

Porém, desde a publicação da matéria jornalística, em março de 2012, até os dias atuais, nada mudou. E, de acordo com informações, manifestações como esta acontecerão até que a situação se resolva e o diretor da Casai seja exonerado.



Projeto Ribeirinho Cidadão começa nesta sexta-feira

SÍTIO MIDIA JUR, 21.02.2014

Comunidades ribeirinhas receberão atendimento das instituições ligadas ao sistema judicial
DA CORREGEDORIA

A solenidade de lançamento do VII Projeto Ribeirinho Cidadão, que pretende atender mais de quatro mil ribeirinhos dos municípios pantaneiros de Barão de Melgaço, Poconé e Santo Antônio de Leverger, ocorrerá às 8h desta sexta-feira (21 de fevereiro) na Prefeitura de Barão de Melgaço.

O presidente do Tribunal de justiça de Mato Grosso, desembargador Orlando de Almeida Perri, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Sebastião de Moraes Filho, participarão da solenidade representando o Poder Judiciário do Estado, parceiro na ação liderada pela Defensoria Pública do Estado. Desde 2008 o projeto já beneficiou mais de 12 mil pessoas.

Dois juízes foram escalados para fazer parte da expedição: o juiz auxiliar da Corregedoria José Antônio Bezerra Filho e o juiz do Juizado Volante Ambiental (Juvam), Rodrigo Roberto Curvo. Eles acompanharão e desenvolverão ações atinentes à Justiça. O projeto será desenvolvido em duas partes: fluvial, com equipes compostas por juízes, defensores, promotores, médicos e dentistas, que percorrerão pelo rio as comunidades; e terrestre, com auxílio de carros haverá deslocamentos pelas estradas para atender as comunidades.

Identificação civil, título de eleitor, CPF, registro tardio e casamentos são alguns dos serviços oferecidos durante a iniciativa, atendendo as expectativas relacionadas à titularidade de direitos básicos, justiça social e identidade coletiva.

Confira algumas das comunidades a serem atendidas: Estirão Comprido (Porto São João, Porto Brandão e Flechas), Cuiabá Mirim (Conchas, Porto Emiliano e Curutuba), São Pedro de Joselândia (Retiro São Bento, Pimenteira, Lagoa do Algodão, Porto da Fazenda, Correr d'água, Porto do Limoeiro e São Pedro), São Miguél (Fazenda Botucatu, Echú e Saladeiro), Posto de Saúde Tito Apoitia (Engesa, Tripoloni, Dona Rica, Trese e Arara Azul), Sangradouro (Garimpo do Jatobá, Lambari, Ribeirão da Estiva, Lajes e Vila dos Mendes) e a reserva indígena Gomes Carneiro.

O defensor público-geral do Estado, Djalma Sabo Mendes Júnior, e o defensor Air Praeiro coordenarão as ações. Além do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa, TRT, TRE, Ministério Público, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Saúde e Secretaria de Meio Ambiente e Banco do Brasil são parceiros.



Comunidade quilombola terá acesso por fora da base

SÍTIO A TARDE, 21.02.2014

O conflito entre a comunidade remanescente de quilombo Rio dos Macacos e o comando da Base Naval de Aratu ganhou novos contornos nesta última semana. Segundo Antônio Lessa, chefe de gabinete do Ministério da Defesa e encarregado pela mediação, será construído um novo acesso aos moradores.

Atualmente, a comunidade de Rio dos Macacos precisa utilizar o portão de entrada da vila militar da Marinha, o que tem gerado diversos transtornos e atritos.

Em janeiro, a líder comunitária Rosimeire dos Santos e seu irmão Edinei acusaram os militares de os terem agredido enquanto tentavam entrar no território por meio do acesso da vila militar. Um inquérito foi instaurado para investigar o caso e deve ser finalizado no próximo dia 7 de março.

As obras de acesso serão de responsabilidade do Exército e devem ser iniciadas assim que forem concedidas licença ambiental e autorização judicial. "Eu acredito que nos próximos meses já tenhamos essa entrada, que vai diminuir seguramente a tensão entre a comunidade de quilombolas e a comunidade militar", aposta Antônio Lessa.

De acordo com Rosimeire dos Santos, o acesso foi negociado juntamente com as lideranças da comunidade.

Reforma

Além do novo acesso, está sendo providenciado um convênio entre o governo do estado e o Ministério da Defesa para a reforma das casas dos quilombolas, que estão sob risco de desabamento.

A verba destinada é de R\$ 530 mil, segundo a superintendente de habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Eleonora Massia, mas ainda não há prazo para o início das obras.

Com as duas ações, a esperança é que se acelere a resolução do conflito. Segundo Lessa, uma nova proposta de regulação do território está sendo preparada e deverá ser entregue aos líderes comunitários em breve.

Relatora da ONU

Na manhã de quinta-feira, 20, a relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, encontrou-se com o vice-almirante Antônio Monteiro Dias para discutir a situação do Rio dos Macacos. "Ele se mostrou bastante disposto a chegar a uma resolução o quanto antes", disse Raquel, que hoje visita o Rio dos Macacos e outros locais onde há denúncias de violação dos direitos à moradia adequada.



Fundação Palmares visita comunidade quilombola de Goiana

SÍTIO GIRO MATA NORTE, 21.02.2014

A Prefeitura de Goiana, por meio da Agência Municipal de Desenvolvimento (AD Goiana), recebeu, na manhã desta quinta-feira (20/02), a visita de Hilton Cobra, presidente da Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que trabalha por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

No encontro, que aconteceu na Reserva Ecológica Aparauá e se estendeu até à Povoação de São Lourenço, o Prefeito de Goiana, Fred Gadelha, apresentou os projetos que estão sendo modelados para a comunidade quilombola de São Lourenço (antigo Quilombo de Catucá), além de discutir políticas públicas e projetos de valorização e promoção da cultura negra para Goiana.

A visita é um desdobramento do Seminário Internacional Carnaval, Identidade Negra e Economia Criativa, que foi realizado (18 a 20/02) em Recife, e aconteceu em reconhecimento às ações desenvolvidas pelo Movimento Goiana Criativa e pela importância histórica da população negra de Povoação de São Lourenço.

A Presidente da AD Goiana, Micheli Barreto, explicou que o grande objetivo da gestão municipal é vocacionar o Centro de Vocação Tecnológica (CVT) de São Lourenço para o turismo cultural e de experimentação priorizando as áreas de gastronomia, artesanato, moda e manejo sustentável do braço de rio. "Queremos garantir projetos que fortaleçam a identidade negra e garantam renda para esta comunidade que tem tanta riqueza cultural, mas que nunca teve o potencial desenvolvido", concluiu Micheli.

O Presidente da fundação Palmares, Hilton Cobra, disse que ficou encantado com o potencial de Goiana. "Quero sentar com a equipe da Prefeitura para conhecer o detalhe e as especificidades de cada projeto, trocar experiências e ajudar a articular o financiamento". Também participaram da visita, a chefe de Gabinete, Martha Rosa, e o diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira, Júnior Afro, bem como representantes da Secretaria de Cultura de Pernambuco e da Fundarpe.



Motorista terá que ligar o farol em viagens em Mato Grosso do Sul

SÍTIO JORNAL TRIBUNA LIVRE, 21.02.2014

Conforme projeto de lei apresentado anteontem pelo deputado estadual Paulo Corrêa (PR), os condutores que dirigirem com o farol desligado nas rodovias estaduais de Mato Grosso do Sul poderão ser punidos.

“Gostaria que esta medida fosse estendida a todas as estradas, sejam elas estaduais ou federais. Mas, só podemos legislar em âmbito estadual”, explica o parlamentar, que defende que a medida deve diminuir acidentes.

Segundo a PRF (Polícia Rodoviária Federal), os automóveis com faróis acesos durante o dia tornam-se 60% mais visíveis evitando principalmente acidentes de colisão frontal. O descumprimento da medida resultará em multa no valor de 25 Uferms, o equivalente a R\$ 465,00.

Teixeira quer Força Nacional para impedir bloqueio de rodovias

Lideranças indígenas prometem fechar simultaneamente sete rodovias de Mato Grosso do Sul para a próxima terça-feira. Eles reivindicam melhorias estruturais no DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena de MS) e na Sesai (Secretaria Especial da Saúde Indígena) e qualidade no atendimento à saúde dos índios. Na sessão de hoje, o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) usou a tribuna para criticar a ameaça dos índios e pediu atuação da Força Nacional.

A notícia completa você encontra na edição de hoje do jornal Tribuna Livre.



intensa e inexplicada movimentação de balsas e equipamentos p/ mineração no rio Tapauá, AM

SÍTIO JORNAL GGN, 21.02.2014

URGENTE: ALERTA NO RIO TAPAUÁ (PURUS, AMAZONAS)

MORADORES DO RIO PURUS INFORMAM QUE NOS ÚLTIMOS DIAS QUINZE BALSAS ENTRARAM NO RIO TAPAUÁ, NO ENTORNO DAS TERRAS INDÍGENAS PAUMARI, BANAWA, ZURUAHA, DENI E DOS ISOLADOS HI MERIMÃ.

A notícia da entrada de 15 balsas com equipamentos de prospecção mineral na bacia dos rios Tapauá e Cuniuá chegou com contornos confusos, uma vez que até o momento nenhum órgão público local ou regional confirmou as informações com dados consistentes. Porém, fontes locais confirmaram a chegada de balsas com grupos geradores de alta capacidade, tubulações e maquinaria de mineração. "O local parece uma cidade tamanho movimento", declararam testemunhas. Indígenas paumari presenciaram a movimentação das balsas na foz do rio Tapauá, nas proximidades da Terra Indígena Manissuã.

Nenhum dos povos indígenas da região teve acesso a qualquer processo de informação ou consulta. Na bacia dos rios Tapauá e Cuniuá há sete terras indígenas demarcadas: Paumari do Manissuã, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Cuniuá, Banawa, Suruwaha, Deni e os isolados Hi Merimã, com uma população de mais de 1300 pessoas. O total das terras indígenas da bacia alcança os 2.726.000 hectares. Esta região do interflúvio Purus-Juruá concentra ainda um dos maiores índices de biodiversidade da Amazônia, com elevados indicadores no que diz respeito à flora (aqui está a maior concentração de Sapotaceae da bacia amazônica) e fauna (mais de 170 espécies de mamíferos e mais de 550 espécies de aves vivem nela).

Já em 2002 documentos da Coordenação da União das Nações e Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR) e da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) manifestavam suas críticas veementes contra o Projeto Avança Brasil, que planejava a construção do gasoduto que conectaria Urucu com Porto Velho. O plano previa a construção de um gasoduto de 522 km de extensão, transportando cerca de 2,3 milhões de metros cúbicos diários de gás natural para termelétricas que abasteceriam Porto Velho e outras cidades de Rondônia. Os manifestos do movimento indígena apontavam na época diversas inconsistências no EIA/RIMA e mostravam uma profunda inquietação em relação aos impactos do empreendimento sobre as populações indígenas Paumari, Banawa, Suruwaha, Deni e Hi Merimã.

Até a presente data, representantes indígenas e da sociedade civil buscam informações mais precisas a respeito da intensa movimentação no rio Tapauá nos últimos dias. Não se sabe se a responsável pelo empreendimento é a Petrobrás ou alguma outra empresa de extração de petróleo e gás natural. Testemunhas da comunidade ribeirinha na foz do rio Tapauá disseram que as atividades estão iniciando a pleno ritmo no rio do Sol e no igarapé Branco, afluentes do alto rio Tapauá.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT, que protege o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens, seus territórios e seus direitos originários.



Confira a entrevista de Márcio Santilli ao Valor Econômico sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO ISA, 21.02.2014

"Brasil tem de reconhecer a terra indígena, diz especialista" é o título da entrevista concedida pelo sócio fundador do ISA Márcio Santilli a repórter Daniela Chiaretti sobre o processo de demarcações de Terras Indígenas. O texto foi publicado no jornal Valor Econômico de hoje (21/2/2014)

Brasil tem de reconhecer a terra indígena, diz especialista

O filósofo Márcio Santilli, 58 anos, 30 deles trabalhando com a questão indígena, diz que o Brasil não suporta mais as pendências na demarcação das terras indígenas.

"Deixar de demarcar é represar o conflito e deixar que exploda com mais violência depois", diz. Ele critica a gestão Dilma Rousseff: "É um governo permeável à pressão ruralista, o que desequilibra a correlação de forças. Mais permeável do que foi o governo militar."

Sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), ONG reconhecida pelo trabalho com povos indígenas, ele rebate o dito ruralista de que no Brasil "há muita terra para pouco índio", com um raciocínio que termina em "no Brasil há muita terra para pouco fazendeiro".

Ex-presidente da Funai, Santilli, diz que o órgão sempre foi "a Geni da República" e que não há como fazer um trabalho com tanta demanda sem recursos, técnicos e mecanismos de indenização.

O indigenista explica por que o Congresso "dará um tiro no pé" se trouxer para si o processo de demarcação e critica a nova proposta do Ministério da Justiça. Embora veja o caso dos guaranis-kaiowas no Mato Grosso do Sul como o "exemplo mais gritante de omissão histórica do Estado", diz que há solução. Veja aqui trechos da entrevista que concedeu ao Valor:

Valor: Os ruralistas dizem que há "muita terra para pouco índio". Que são 890 mil e ocupam 13% do território nacional. O que acha disso?

Márcio Santilli: É importante entender o seguinte: 98,5% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal brasileira, onde vive perto de 60% da população indígena. Os outros 40% estão confinados em 1,5% da extensão total das terras indígenas. Enquanto o processo de demarcação na Amazônia Legal avançou, no restante do país está historicamente atrasado. E é bem difícil fazer o reconhecimento das terras ali dada a densidade de ocupação do território. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a população indígena é expressiva, perto de 80 mil pessoas. Vivem em terras menores ao que o governo destina para assentamentos de reforma agrária. Simplesmente não têm condições de sobreviver.

CONT.



Valor: Na Amazônia, a extensão das terras indígenas é grande.

Santilli: Não é característica específica dos índios. Nesta região, as unidades de conservação têm uma maior extensão, assim como propriedades privadas, lotes de assentamento e até municípios. Tudo é gigante na Amazônia. Nos municípios, quase a totalidade da população rural é índio. Isso fez com que ocorresse o reconhecimento de terras indígenas em extensão significativa na região. Não há outras populações ocupando o território e não houve grande questionamento. Ainda há pendências na Amazônia, mas em grande medida as questões foram resolvidas.

Valor: E no resto do Brasil?

Santilli: A situação é de ocupação do território e de titulação incidente sobre as terras. Comparativamente, tem muita terra na Amazônia, onde só tem índio na zona rural, e muita pouca terra no restante do Brasil, onde o território está dominado pelo latifúndio. Refazendo essas contas, a realidade brasileira é que há muita terra para pouco fazendeiro.

Valor: Muitos acham que índio de moto e celular não é mais índio.

Santilli: Os brasileiros que usam jeans e andam de Volkswagen continuam sendo brasileiros. Não são os bens de consumo ou o fato de acessar tecnologia de outros países que faz com que a pessoa deixe de ser o que ela é, de ter sua cultura, sua língua, sua identidade. Se formos nesta linha, vamos chegar à conclusão de que o povo brasileiro não existe mais, o que não faz nenhum sentido e é uma visão muito primária das coisas. Quem alega "índio que tem celular não precisa de terra" está querendo, de maneira enviesada, suprimir direitos.

Valor: Porque a terra é tão importante para os povos indígenas?

Santilli: Esses povos dependem da terra e dos recursos naturais. E não é qualquer terra. Pasto não resolve. Desterrar um povo indígena é ameaçá-lo de morte.

Valor: O caso mais crítico hoje no Brasil é o dos guaranis-kaiowas?

Santilli: É o exemplo mais gritante de omissão histórica do Estado. Os guaranis-kaiowas são a etnia mais numerosa do Brasil e que tem a menor quantidade de terra. São perto de 50 mil no Mato Grosso do Sul, em território que era do Paraguai, a pátria guarani. A guerra do Paraguai era contra os guaranis, eles formavam o Exército paraguaio. O Estado brasileiro ignorou esse povo, que em seu imaginário histórico é um inimigo de guerra. A situação dos guarani-kaiowas precisa ser resolvida para que o Brasil possa dormir de consciência tranquila em relação ao passado.

Valor: E então eles foram confinados em pequenas áreas?

Santilli: Alguns grupos se meteram no mato e permaneceram invisíveis até que se intensificou o processo de ocupação das terras. Começaram a aparecer, a ser expulsos, a migrar de um lado para o outro. Isso é o que dá hoje um contorno conflitivo ao processo de reconhecimento

CONT.



das terras deste povo. Há casos de guarani- kaiowas em terras que já foram reconhecidas e há casos de terras que foram reconhecidas mas permanecem na posse de fazendeiros. E há casos de comunidades vivendo na beira de estradas, com criança sendo atropelada e jagunço dando tiro porque reivindicam o reconhecimento de terras onde há fazendas.

Valor: Tem como resolver?

Santilli: Com certeza. É preciso reconhecer e demarcar. Deixar de demarcar é represar o conflito e deixar que exploda com mais violência depois. Ocorre o seguinte: há muitas situações de pessoas que adquiriram títulos de propriedade incidentes sobre terras que agora estão sendo reconhecidas como indígenas. Os títulos foram expedidos pelo próprio poder público, estadual e até federal. Essas pessoas devem ser consideradas como proprietários de boa fé porque receberam títulos de origem pública e portanto deveriam ser bons. Se o Estado vem agora e diz que aquilo é terra indígena, aquelas pessoas fariam jus à indenização.

Valor: Pela terra e benfeitorias?

Santilli: Pelas benfeitorias com certeza. Está na lei. O que se discute é a indenização pela terra, já que a Constituição diz que não cabem ações indenizatórias contra a União. Se a indenização não for pela terra, poderia ser pelo fato de a União ter induzido o cara a uma fria, certo? O que deveria fazer com que tivesse direito a receber indenização suficiente para recompor sua vida em outro lugar. Se o poder público se dispusesse a indenizar de maneira digna, reduziria o conflito. O poder público tem que assumir sua responsabilidade.

Valor: Tem terra para todos?

Santilli: Pelos dados da Embrapa, há cinco milhões de hectares no Mato Grosso do Sul de terras desmatadas e não ocupadas, degradadas. Não falta terra no Brasil.

Valor: Como o sr. avalia o governo Dilma na demarcação?

Santilli: É o governo que tem o pior desempenho desde o final da ditadura. Não que a presidente tenha alguma coisa contra índio, especificamente. Ela também tem o pior desempenho em relação à titulação de quilombos, à criação de unidades de conservação, de reservas extrativistas, de assentamentos da reforma agrária. O governo Dilma é avesso à destinação de terras para fins socioambientais.

Valor: Isso não acontece porque sobrou o mais complicado?

Santilli: O processo demarcatório, falando em termos gerais, está concluído em dois terços dos casos. Os mais complexos, não por acaso, ficaram para o fim. Isso deveria ensejar mais agilidade do governo em solucionar estes casos. Quanto mais demora, pior fica. O Brasil precisa que isso se conclua.

Valor: Por quê?

CONT.



Santilli: Para que, de uma vez por todas, se faça justiça aos povos indígenas, e ao fazer justiça a esses povos isso não implique injustiças com outros segmentos da população. A morosidade agrava o conflito e prejudica a todos, índios e não-índios.

Valor: E a proposta do governo de rever o processo de demarcação?

Santilli: É um equívoco. O governo precisa definir como vai indenizar os casos que têm que indenizar. Não adianta fugir dessa questão, é isso que pode reduzir o conflito. Não é mudar o procedimento de demarcação, que em diferentes etapas dá espaço a questionamentos de interesses contrariados. O problema não está no procedimento de demarcação, mas no fato de que as demarcações atrasadas se confrontam com uma situação de ocupação do território. A proposta que o ministro da Justiça botou em discussão vai dificultar tudo.

Valor: Pode explicar por quê?

Santilli: Hoje, quando se inicia o processo de demarcação, a primeira etapa é a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Funai, coordenado por um antropólogo. O grupo vai para a área, faz um estudo e apresenta uma proposta de território. É um trabalho técnico que já tem sido difícil de fazer porque a maior parte dos antropólogos é professor de universidade pública e não pode ser remunerado pelo trabalho de identificação. Em burocratês, isso seria dupla remuneração. É difícil conseguir antropólogo para coordenar os grupos e mais difícil ainda conseguir um antropólogo que conheça aquele povo, fale a língua. Os instrumentos que o poder público dispõe para contratação de antropólogos são precários, mas isso é uma coisa que se poderia solucionar mexendo na lei.

Valor: E a proposta do governo?

Santilli: A minuta da Portaria, além de prever a coordenação do antropólogo e os técnicos, estabelece a exigência de que todo grupo de trabalho deverá ter um procurador federal, representação dos Estados, municípios e de nove ministérios. Muitas dessas pessoas não têm conhecimento relevante para a questão e representam interesses muitas vezes contraditórios. Se tudo correr bem, vai se ter um grupo que é quase uma assembleia. E vai se exigir do antropólogo que seja exímio mediador de conflitos, o que não é a função dele. Quem tem que mediar conflito é o ministro da Justiça. Ao querer repassar essa responsabilidade, está dando uma de Pôncio Pilatos.

Valor: O governo quer solucionar os casos antes que caiam na Justiça.

Santilli: O recurso ao Judiciário é um direito que todo mundo tem. É natural que, em se tratando de pendências complicadas, que se tenha um número significativo de recursos no Judiciário. O que também pode ser resolvido se houver empenho em se chegar a acordo. Mas o efeito da Portaria será mais judicialização e menos solução.

Valor: O processo começou com grupos querendo tirar o poder da Funai na demarcação.

Santilli: Há um equívoco nesta colocação. A decisão política sobre os limites a serem

CONT.



demarcados se dá no âmbito do Ministério da Justiça e não da Funai. A Funai faz uma proposta, esta proposta é objeto de contestação no âmbito administrativo. A decisão é do ministro da Justiça.

Valor: O que o governo poderia fazer, na sua opinião?

Santilli: Facilitar o recrutamento de antropólogos e dos técnicos necessários. E dar à Funai, ou a outro órgão da União, as condições para indenizar nos casos em que o poder público emitiu o título.

Valor: E a Funai, nesse contexto?

Santilli: Sempre foi um órgão secundarizado dentro da máquina do Estado. Sempre se ressentiu da falta de antropólogos e de recursos. Sempre dispôs de meios irrisórios diante do tamanho da demanda. Como se faz a gestão adequada de 13% do território, se é disso que estamos falando, sem funcionários, orçamento e técnicos? A Funai sempre foi a Geni da República. Em tempos recentes, na gestão de Márcio Meira, conseguiu realizar um concurso público. Foi um alívio. O último tinha ocorrido em 1974. Se não tivesse acontecido, acho que a Funai já teria fechado.

Valor: E as hidrelétricas?

Santilli: O principal ponto de conflito com os índios hoje, no contexto amazônico, são as obras do PAC e no futuro próximo pode ser a mineração. O que está posto hoje tem a ver com hidrelétrica e rios, não com terra.

Valor: No Sudeste se diz que o Brasil precisa de energia, então...

Santilli: É um argumento complicado. Despeja-se sobre uma parte da população o ônus da necessidade de outra. São muitas meias verdades sendo costuradas. Uma diz que é mais barato fazer hidrelétrica. É mais barato porque não se computa o custo socioambiental. Estamos vendo isso em Belo Monte. Essas obras estão sendo feitas com o mesmo padrão incivilizatório da ditadura militar, em relação a todos os grupos sociais afetados. A geração futura de energia tem que passar a considerar seriamente este custo e tem que ter um critério de justiça. Quem mais consome é que tem que pagar pelo impacto. E não é a luz da tua casa que mais consome, nem da minha. É o eletrointensivo, o lingote de alumínio que se vende lá fora com essa energia toda embutida a preço de banana. Temos que fomentar a geração individual, criar redes inteligentes.

Valor: No Congresso, são muitos os projetos contra os índios?

Santilli: Há mais de uma centena de projetos de lei incidentes sobre terras indígenas, quilombos, unidades de conservação e reforma agrária. As ações dos ruralistas têm um alvo muito mais amplo do que as terras indígenas. O que a gente tem não é uma guerra étnica, é uma disputa pelo o que sobrou do território. A novidade é que hoje existe um governo permeável à pressão ruralista, o que desequilibra a correlação de forças. Mais permeável do

CONT.



que foi o governo militar.

Valor: E a PEC 215, que quer que a demarcação passe ao Legislativo?

Santilli: Estou supondo que será o ponto de referência dos embates no Congresso agora. O governo se colocou contrário à PEC 215, o PT também. Ela é uma impropriedade porque está se dando uma atribuição do Executivo ao Legislativo. O Congresso Nacional, por óbvio, não dispõe de instrumentos que permitam resolver o problema: tem cartógrafo, topógrafo, grana para indenizar interesses contrariados? Se o Congresso legisse, seria ótimo. A discussão sobre o Estatuto do Índio está parada ali há 23 anos. Esquece os índios: transfere para o Congresso a competência de destinar áreas para agricultura. Tem mais facilidade de fazer isso do que o Executivo? Obviamente que não. Vai fazer disso uma maracutaia política. O Congresso está trazendo para si, com essa PEC, casos que estão na Justiça e que nem o Executivo nem o Legislativo irão resolver, mas a Justiça. Essa PEC traz um enorme abacaxi para dentro do Congresso, que ainda não se deu conta do tamanho do tiro no pé.

Valor: Como o Brasil pode resolver as questões indígenas?

Santilli: O país precisa concluir o mais rapidamente possível o processo de reconhecimento de terras indígenas. Quanto mais este processo retarda, maiores são os impactos sobre terceiros interessados que estão produzindo, desenvolvendo seu negócio, vivendo e depois acabam sendo impactados pelo processo de reconhecimento tardio de uma terra indígena. A Constituição de 1988 foi promulgada há 25 anos. É tempo suficiente para se colocar um ponto final nessa questão. O que o país mais precisa é que se agilizem as demarcações pendentes e que sejam compensados eventuais interesses legítimos que são contrariados por essas demarcações, atenuando os conflitos. Isso é interesse coletivo. O Brasil não aguenta mais essa pendência, ela precisa se encerrar.



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

Seduc recebe lideranças indígenas para tratar sobre melhorias na educação

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS , 21.02.2014

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) reuniu-se, nesta sexta-feira (21), às 9h, na Secretaria Adjunta de Logística Escolar (Sale), com lideranças indígenas do município de Parauapebas das tribos Xikrin e Cateté. As principais pautas debatidas foram sobre a construção de escolas nas aldeias, merenda escolar e serviço de apoio. Ficou decidido, em caráter emergencial, a construção de quatro salas de aula, duas salas de apoio e alojamento para os professores que trabalham nessas aldeias. A licitação para esta obra deve sair no máximo em dois meses. A construção das escolas nessas localidades já está inserida no orçamento de 2014.



Sedel vai a Oiapoque discutir com caciques os Jogos Indígenas 2014

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 21.02.2014

A Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel) vai participar da Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Amapá, que, este ano, acontece na aldeia Tukay, no município de Oiapoque, no período de 24 a 28 de fevereiro, com as presenças dos caciques das diversas tribos indígenas amapaenses, organismos governamentais e sociedade civil organizada.

De acordo com a secretária Áurea Brito, os técnicos da Sedel, Jader Cavalcante, coordenador de Apoio aos Municípios, Paulo César Silva de Almeida, coordenador dos Jogos Indígenas do Estado do Amapá, e Ricardo Alcântara, técnico administrativo, vão apresentar aos caciques uma minuta do projeto dos Jogos Indígenas 2014, para que sejam acordadas as principais questões pertinentes à programação que será desenvolvida durante as competições.

Segundo a secretária da Sedel, os jogos fazem parte de uma grande ação de governo em favor dos povos indígenas do Amapá. O objetivo principal é de proporcionar, às diversas tribos espalhadas por todo o Estado, momentos de lazer e entretenimento, além de envolvê-las em competições esportivas que levam em conta os costumes e as tradições dos índios amapaenses.

O projeto dos Jogos Indígenas 2014 detalha as ações do Governo do Estado, através da Sedel, relacionadas às competições, materiais, logística e alimentação de todos os envolvidos no evento. Contudo, adianta a secretária Áurea Brito, a equipe de técnicos da Sedel está orientada a colher sugestões junto aos caciques para aperfeiçoar ainda mais o projeto.

Em 2013, os Jogos Indígenas aconteceram em agosto, na aldeia do Manga. Este ano, a sede e a data do evento farão parte das discussões durante a Assembleia, com a palavra final sendo dada pelos próprios caciques.

A partir das definições na grande reunião, as equipes da Sedel estarão empenhadas em acertar todos os detalhes para que os Jogos deste ano alcancem o sucesso das edições anteriores.



Indígenas fazem 'marcha' por terra

SÍTIO MS HOJE, 21.02.2014

Lideranças indígenas de vários acampamentos e aldeias da Grande Dourados cobram agilidade no processo de demarcação de terras em Mato Grosso do Sul. Ontem pela manhã eles protestaram na BR-463, em Dourados. A rodovia foi bloqueada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) por quase duas horas.

Reunidos no Trevo da Bandeira, da BR-463, saída para Caarapó, os indígenas saíram em marcha num percurso de aproximadamente sete quilômetros, até o território denominado como Aldeia Apyka'i, localizado às margens da mesma rodovia. O local é reconhecido como terra tradicional indígena, no entanto, a área está dentro de uma fazenda, arrendada por uma usina para o cultivo de cana-de-açúcar.

Segundo o cacique Bonifácio Reginaldo Duarte, da Aldeia Apyka'i, o objetivo da Marcha é pressionar o governo federal para apressar o processo de regulamentação das áreas consideradas tradicionais indígenas que foram repassadas pela própria União a produtores que vieram de fora para cá, há décadas. "Enquanto o governo não decide, o índio sofre e morre", lamentou.

Ele cita a problemática da Apyka'i, às margens da BR-463. Cerca de 18 famílias vivem em barracos do lado de fora da fazenda, sem nenhum tipo de infraestrutura e ajuda do governo. "Nossa comunidade está morrendo e ninguém faz nada. Cadê as autoridades que cuidam das causas indígenas", indagou.

Vários moradores da Apyka'i morreram atropelados na BR-463, entre crianças e adultos. Os indígenas prometem bloquear rodovias da região.

Comissão

Hoje, a partir das 7h30, acontece na unidade I da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a Audiência da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Estarão presentes a psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida e os pesquisadores Marcelo Zelic, Spensy Pimentel e Jorge Eremites de Oliveira.

Serão ouvidos indígenas de cinco diferentes comunidades guarani e guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, que irão falar sobre episódios de violência durante a ocupação do estado por colonos, como assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas. A coleta de depoimentos oficiais pode subsidiar futuras ações de indenização coletiva em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.



UFGD recebe Comissão Nacional da Verdade para audiência indígena

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 21.02.2014

A UFGD recebe hoje (21), a partir das 7h30, no cineauditório da Unidade 1 (não mais no auditório da FCA, na Unidade 2), a Sessão de Audiência sobre Violação de Direitos Indígenas, pela qual depoentes de etnias indígenas falarão à Comissão Nacional da Verdade sobre casos de violação dos quais foram testemunhas oculares.

As ocorrências em questão se deram no período de 1946 a 1988, em Mato Grosso do Sul. Serão cinco sessões de audiência, onde as testemunhas relatarão os casos em suas línguas maternas, sendo que, para tanto, haverá a presença de tradutores, e também professores que farão a mediação. O encerramento do evento está marcado para as 17h30.

Quem não puder assistir as audiências no cineauditório, mas quiser acompanhar a Sessão, pode acessar o endereço <http://migre.me/hV9jy>, do canal da Divisão de Audiovisual da UFGD, que fará a transmissão ao vivo.

O encontro, realizado pela UFGD, também conta com o apoio do Ministério Público Federal, Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, Conselho Indigenista Missionário e Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco. As sessões serão abertas a toda a comunidade.

Comissão Nacional da Verdade

Criada pela Lei 12.528/2011, a Comissão tem por fim examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período entre 1946 e 1988, para efetivar o direito à memória e à verdade histórica. A audiência ouvirá memórias silenciadas dos Guarani Ñadeva e Kaiowa de Mato Grosso do Sul.

Durante as sessões, as comunidades indígenas apresentarão casos de violação de direitos que culminaram em expulsão de seus territórios de ocupação tradicional.



Gilberto Carvalho reconhece: Luta dos índios é contra a pequena agricultura
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 21.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Dlw47ygCF8

Na última quarta-feira (19), o ministro chefe do núcleo indigenista do Governo, Gilberto Carvalho, participou do 1º Seminário Diálogos sobre Justiça. Durante o evento, realizado no Ministério da Justiça, Carvalho reconheceu que o antigo conflito entre o que ele chama de "velha figura do latifúndio" e o pequenos proprietários evoluiu para situações mais complexas. Você não está lutando contra um latifundiário ou um grileiro, você tem um conflito do indígena contra o pequeno agricultor", disse Carvalho em sua intervenção.

Veja o vídeo. O áudio é ruim, mas com boa vontade é possível ouvir o ministro expor sua consciência pesada.

No ano passado, uma operação coordenada por Paulo Maldos e por Gilberto Carvalho expulsou essas pessoas de casa:

<http://www.questaoindigena.org/2014/02/gilberto-carvalho-reconhece-luta-dos.html>

Meses depois a Secretaria de Direitos Humanos afirmou que o planejamento da operação "não saiu nos formatos que dialogação com o respeito aos direitos humanos das populações afetadas", constatou que houve violações e pediu que as próximas operações fossem planejadas de outra maneira:

http://www.youtube.com/watch?v=g18nGwGDW8Y&feature=player_embedded

Logo depois o mesmo Paulo Maldos e o mesmo Gilberto Carvalho iniciaram outra operação, com os mesmos defeitos de planejamento, para expulsar essas outras pessoas de suas casas:

http://www.youtube.com/watch?v=BO6mZWxSaEM&feature=player_embedded

Ao falar em tarefa inglória, Gilberto Carvalho deve estar se referindo às violações de direitos que ele mesmo promoveu nessas operações.



A pedido de Katia Abreu Tribunal de Contas da União investigará ONGs indigenistas
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 21.02.2014

A Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal aprovou, na última terça-feira (18), um requerimento da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, pedindo que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditorias em entidades que recebem recursos para assistir populações indígenas. Nos últimos oito anos apenas dez instituições receberam 92% dos recursos repassados a 80 entidades defensoras das causas dos povos indígenas. O montante repassado foi de R\$ 79,3 milhões, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), administrado pelo governo federal.

O objetivo da medida, segundo a senadora Katia Abreu, é saber “da qualidade e da pontualidade nas prestações de contas dessas entidades ao poder público”. Ainda segundo a senadora, é preciso saber se houve eficiência na aplicação dos recursos financeiros, além de verificar se a União exerceu seu dever constitucional de garantir a adequada aplicação dos recursos. Do total de R\$ 79,3 milhões repassados, R\$ 63,8 milhões foram provenientes do Ministério da Saúde.

Ao justificar o requerimento, a Senadora Katia Abreu, citou pesquisa encomendada pela CNA ao Instituto Datafolha, revelando que a qualidade da assistência à saúde é a principal queixa dos povos indígenas. O levantamento mostrou que 63% dos índios tiveram dificuldade para conseguir atendimento médico, índice que sobe para 75% na região Centro-Oeste. Para 30% dos entrevistados pelo Datafolha, o acesso ao sistema de saúde é um problema maior do que a questão fundiária.

“Surpreende-nos que seja a saúde o maior investimento para as populações indígenas, pois é grande a insatisfação dos grupos que recebem atendimento nesta área”, afirmou a senadora. “Consideramos imprescindível e necessária uma detalhada auditoria, pelo TCU, dos repasses e da efetiva aplicação dos recursos transferidos para estas entidades privadas. É preciso verificar a regularidade e a eficiência na aplicação e no uso destes recursos no atendimento à população indígena”, completou.

As dez entidades citadas pela senadora no requerimento, que concentram 92% dos recursos repassados nos últimos nove anos que serão investigadas pelo TCU, são:

Conselho Indígena de Roraima (Cir);
Centro de Trabalho Indigenista (CTI);
Operação Amazônia Nativa (Opan);
Associação Indígena Akwe;
Associação do Povo Indígena Zoro Pangyjej;
Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena (ITC);
Associação Indígena Kanhru;
Associação Indígena Mavutsinin;
Associação Indígena Xerente;



Boletim de Notícias - Edição nº 34./ 2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

Associação Indígena Tupiniquim e Guarani;
e Associação Indígena Tambe de Tomé Açu.

O setor começa a acertar o tom. É muito importante deixar claro à sociedade brasileira e internacional que a luta é contra o indigenismo e a mafia da antropologia radical que usa ONGs para mamar dinheiro público usando a imagem de sofrimento dos índios, não contra os índios.



Reno afirma que Funai utiliza índios como "massa de manobra"

SÍTIO INTERJORNAL, 21.02.2014

O presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Reno Caramori (PP), utilizou a tribuna na sessão dessa quinta-feira (20/02) para novamente abordar o problema de mobilidade urbana em Santa Catarina. Caramori acusa a Funai de "não atender os índios e de utilizar essa etnia, que ocupa em Palhoça a região do Morro dos Cavalos, como 'massa de manobra'." Caramori disparou críticas também ao governo federal, pelas verbas que destinou a obras de infraestrutura em Cuba, "enquanto os caminhoneiros brasileiros penam em filas por falta de estrutura para a descarga em portos catarinenses".

Na mesma fala, o deputado Reno tece elogios ao governo estadual pelas ações de reconstrução de estradas estaduais, embora com críticas, por achar desnecessárias, "algumas obras que, a custo muito alto, estariam eliminando apenas uma ou duas curvas". Ao fim de seu pronunciamento, o presidente da Comissão de Transportes anunciou seu encontro na tarde de hoje com o presidente do DNIT em Santa Catarina, engenheiro João José, de quem terá informações a respeito do licenciamento para o início da obra da quarta pista na BR 101, localidade de Morro dos Cavalos. Encerrando seu pronunciamento, Reno lembrou outra "novela" que se constitui a construção das ferrovias Norte - Sul e Ferrovia do Frango. O parlamentar lembra que, em conversa com o ex-governador Vilson Kleinubing, havia comentado que estaria contente se o projeto dessa ferrovia estivesse pronto no prazo de 20 anos. "Vamos dar mais 20 anos para ver se acontece alguma coisa", encerrou o deputado. No plenário, a sugestão foi para que a ferrovia passasse a ser chamada de "ferrovia do peru".



Descaso com saúde pode levar índios para o Cone Sul

SÍTIO A GAZETA NEWS, 21.02.2014

Sem respostas da SESAI e a inércia da FUNAI sobre a questão, índios prometem bloquear rodovias em toda a região.

Vilson Nascimento

Revoltados com a situação caótica da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e em apoio aos profissionais de saúde do órgão federal que desde a semana passada realizaram sem sucesso, paralisações do atendimento em toda a região cobrando melhores condições de trabalho e até medicamentos para realizar o atendimento à população guarani-kaiowá, lideranças de comunidades indígenas estudam uma ação conjunta para bloquear, de forma simultânea, vários trechos de rodovias que cortam o Cone Sul de Mato Grosso do Sul na semana que vem.

Segundo lideranças da região ouvidas pela reportagem do grupo A Gazeta de comunicações, a manifestação, que inicialmente está prevista para acontecer na terça-feira, dia 25 de fevereiro e deverá causar transtornos e prejuízos a centenas de pessoas em toda a região, só não acontecerá se a SESAI se pronunciar e apontar soluções para o problema.

Veja no vídeo fala de lideranças da Aldeia Amambai:

http://www.youtube.com/watch?v=M-IWNfeTa6Y&feature=player_embedded

Tantos os funcionários do órgão quanto os indígenas denunciam a falta de equipamentos de trabalho para realizar atendimento, remédios e denunciam o estado precário de conservação das viaturas usadas para transportar as equipes médicas e inclusive das ambulâncias.

“Esses dias uma paciente foi despejada no meio da estrada porque a porta da ambulância, cuja fechadura estava danificada, acabou abrindo”, ressaltou um enfermeiro.

“Nossa cobrança não é em relação ao pólo da SESAI em Amambai, nos demais municípios da região e a nível estadual e sim a nível de Brasília. O sucateamento da Secretaria vem descendo dia a dia. Desde que a FUNASA passou o atendimento das comunidades indígenas em todo o Brasil para a SESAI a qualidade só regrediu até chegar no ponto caótico que está agora”, disse Italiano Vasques, capitão da Aldeia Amambai, a reserva indígena mais populosa do Cone Sul, com cerca de 9 mil índios.

Em relação específica a Aldeia Amambai, os líderes indígenas também cobram solução para o problema, segundo eles, crônico, de falta de água potável na reserva indígena.

Amambai foi a primeira a se manifestar

CONT.



Até o momento apenas profissionais de saúde que prestam serviços a Secretaria Especial de Saúde Indígena, que inclusive, apesar de realizarem o atendimento normalmente, ainda não receberam salários neste ano de 2014, haviam se manifestado em relação à situação de “desleixo” por parte do Governo Federal com a SESAI e conseqüentemente com a saúde indígena no sul de Mato Grosso do Sul.

Nessa quinta-feira, 20 de fevereiro, a comunidade da Aldeia Amambai, em Amambai, foi a primeira do Cone Sul a ingressar na luta e se manifestar em relação à questão.

Centenas de indígenas, entre eles, estudantes, professores, líderes comunitários e membros da comunidade guarani-kaiowa, fizeram um dia de manifestação na Rodovia MS-386, trecho que liga Amambai a Ponta Porã.

Momentos da manifestação:

http://www.youtube.com/watch?v=zyCUP4GtZt4&feature=player_embedded

No período da manhã os manifestantes, munidos com cartazes cobrando ação do Governo Federal para resolver o problema, alguns pintados para guerra e armados com tacapes e outros realizando dança e reza, apenas bloquearam parcialmente o trânsito na rodovia estadual, no trecho que corta a aldeia indígena.

Os manifestantes formaram barricadas com galhos e tronco sobre a pista, mas permitiam a passagem dos veículos.

Sem receber nenhuma atenção, inclusive se quer da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pelas reivindicações ora realizadas, no período da tarde a comunidade indígena resolveu “endurecer” a manifestação e bloquear de vez o trânsito na rodovia estadual.

Durante o período que a pista ficou bloqueada, entre 13 e 17 horas, centenas de veículos, entre eles, caminhões carregados e até ônibus de transporte de passageiros, ficaram impedidos de seguir viagem.

No final da tarde, mesmo estando revoltadas por mais uma vez seus clamores não serem ouvidos pelos órgãos governamentais, as lideranças indígenas liberaram o trânsito na rodovia, porém não descartam a realização de novos bloqueios.

Indignado, um dos líderes do movimento desabafou à nossa reportagem. “Viemos aqui de forma pacífica, apenas pedir o que é nosso direito, que é uma saúde descente e não fomos se quer ouvidos. Não compareceu ninguém, nem SESAI, nem FUNAI e nem o Ministério Público Federal para ouvir nossos apelos. Será que teremos que começar a praticar atos de violência para que possamos ser ouvidos?” exclamou o líder guarani-kaiowá.

Fonte: A Gazeta News



Um “problema de índio” para a sociedade discutir e resolver

SÍTIO CGN, 21.02.2014

Problemática dos índios na rodoviária reacende debate sobre construção de Casa de Passagem

Quando o programa na TV ou a recreação para um grupo não é muito legal, se diz que é “programa de índio”. Quando o tema é o próprio índio que cria problema ao deixar suas reservas para se instalarem, temporariamente em Cascavel, seria talvez apropriado definir como “problema de índio”. Pois os problemas dos índios de Cascavel, que fazem ponto principalmente na rodoviária municipal, estão quase virando um programa de índio para a sociedade organizada discutir.

A discórdia sobre o assunto iniciou-se no ano passado, quando a Secretaria de Ação Social resolveu propor solução criando uma Casa de Passagem para os índios que vêm para Cascavel para vender seus artesanatos e dormem ao relento. Abraçando um projeto compartilhado entre as Prefeituras de Cascavel e Nova Laranjeiras, Governo do Estado e Funai (Fundação Nacional do Índio), o Município de Cascavel resolveu doar um terreno de 5 mil metros quadrados, localizado no loteamento Verdes Campos, próximo à Unioeste.

O anúncio foi o estopim para ascender a discussão e promover a discordância geral da comunidade da Região Sul da cidade, que rejeita a construção da casa de passagem na região. O resultado foi à realização de uma audiência pública, ainda em outubro do ano passado, para discutir a instalação da Casa de Passagem, em Cascavel, proposta pelo vereador Rômulo Quintino (PSL), pelo vereador Gugu Bueno (PR), Claudio Gaiteiro (PSL) e Robertinho Magalhães (PMN).

Comitê

No entanto, apenas ontem, o primeiro passo para encontrar uma solução para o problema foi dado. Para isto, os mesmos vereadores, reuniram representantes da sociedade para a criação de um comitê que irá debater e decidir o que fazer com o problema dos índios que passam pela cidade. De um lado, os moradores da Região Sul e seus representantes, que seguem rejeitando a construção da Casa de Passagem na região. Ainda mais radical é a posição de algumas entidades, como a Acic (Associação Comercial e Industrial de Cascavel) que encaminhou ofício externando sua posição frontalmente contrária à construção da estrutura para abrigar os índios.

“A exemplo do que fez em oportunidades anteriores, a ACIC reafirma a sua posição de ser contrária à implantação da casa de passagem no município. E são vários os argumentos que fazem com que os diretores e empresários ligados à Acic sejam desfavoráveis a essa proposta. Não somos contra o índio, muito pelo contrário. O que a entidade defende é que eles sejam tratados com respeito, com dignidade e que usufruam de qualidade de vida. É para a própria

CONT.



proteção dos indígenas que existem as reservas espalhadas pelo território brasileiro que, sozinhas, respondem por 12,5% de toda a extensão territorial nacional”, diz trecho do documento.

Defesa

Na outra ponta, indigenistas e defensores da ideia da Casa de Passagem se acolhem em parecer favorável do Ministério Público, como uma política social para resolver problemas de mendicância, alcoolismo e prostituição de índios que passam pela cidade. Com a casa de passagem, os índios ganhariam local digno para pernoitarem em Cascavel e admitem construir este abrigo anexo na região da rodoviária onde a maioria dos nativos se concentra.

Comitê já tem ponto de partida para trabalhar

O vereador Rômulo Quintino (PSL) disse ontem que a decisão da instalação de um comitê para discutir o tema atende a resolução da própria audiência pública, que acordou em outubro três pontos principais. O primeiro é avaliar o abaixo-assinado com mais de 7 mil assinaturas de moradores da região sul que não querem a casa de passagem por lá. Segundo, entendeu que era preciso tomar uma atitude para resolver a proposta de construção de uma casa de passagem e, em terceiro, a audiência encaminhou a constituição de um comitê para discutir o tema.

“Acho que o caminho para discutir este problema é justamente este. Não podemos resolver esta situação apenas sob a ótica de um único lado. É preciso ouvir a sociedade local e encontrar uma solução adequada que contemple o interesse não só dos índios, mas da sociedade como um todo. Hoje demos um passo importante nesta direção. As entidades, em conjunto e os vereadores devem iniciar a discussão com objetivo de construir uma solução para o problema do índio”, disse Quintino.

Gugu Bueno considerou a formação do comitê “muito importante para encontrar uma solução para o problema, que acima de tudo, hoje perturba a ordem social. Precisamos achar solução também sob a ótica humanitária”.

O comitê

No final do encontro de ontem, que contou com a participação de representantes de mais de 20 entidades, encaminhou-se para constituição de um comitê formado por nove entidades: Câmara de Vereadores, Secretaria de Ação Social, Conselho Comunitário, Conselho Tutelar, Conselho de Defesa da Criança, Conselho da Mulher, Sindicato Rural, Defesa Civil e Amic, com a participação do Ministério Público Estadual como colaborador. As entidades escolhidas têm sete dias para indicar representantes e suplentes para a primeira reunião agendada para o próximo dia 19 de março, às 16 horas, na Câmara de Vereadores.